

LAZER E RECREAÇÃO NO PARQUE VICTORIO SIQUIEROLLI : POSSIBILIDADES E DESAFIOS

Ariana Beber ¹

Resumo

Esse artigo consiste em estudar a possibilidade da prática do turismo e lazer no Parque Municipal Victorio Siquierolli, na cidade de Uberlândia-MG, atendendo a uma inquietação reavaliar o estado do ambiente, a interferência e contribuição do homem na estabilidade do parque, investigando a situação em que se encontra esta Unidade de Conservação (UC), por meio da análise para identificar o uso adequado dessa unidade para o turismo e lazer.

Palavras chaves: turismo, lazer, unidade de conservação

ABSTRACT

That article consists of studying the possibility of the he/she practices of the tourism and leisure in the Municipal Park Victorio Siquierolli, in the city of Uberlândia-MG, assisting her/it an inquietude to revalue the state of the atmosphere, the interference and the man's contribution in the stability of the park, investigating the situation in that meets this Unit of Conservation (UC), through it analyzes her/it to identify the appropriate use of that unit for the tourism and leisure.

Key words: tourism, leisure, unit of conservation

1-Introdução

Foi investigada a percepção dos moradores que e visitantes sobre a preservação e os cuidados da área, bem como identificar o que pensa sobre o uso da UC. Estas informações são importantes para fornecer dados para o planejamento de programas de Educação Ambiental, visando a preservação da Unidade de Conservação. Outro aspecto importante é a

¹ Turismóloga, pós graduada em gestão ambiental pela Faculdade Católica de Uberlândia Email: arianabeber@yahoo.com.br

possibilidade de contribuir para a composição das políticas públicas, que assegure a manutenção e sua conservação.

Para investigar a situação que se encontram o Parque e a percepção ambiental da população humana do entorno, foram realizadas visitas de campo, nas quais foram levantados dados sobre a paisagem local, forma de lazer e possibilidades de turismo e aplicados formulários estruturados com o objetivo de conhecer as opiniões, as atitudes e os valores dos moradores em relação à UC localizadas nas nascentes e margens dos córregos.

Este trabalho se pauta em ações preservacionistas da natureza para estudar as vivências de lazer no Parque Municipal Victorio Siqueirolli, que se constitui num fragmento de cerrado, no Setor Norte do município de Uberlândia, MG, Brasil, totalizando uma área de 232.300m². É composto pelo Museu de Biodiversidade da Universidade Federal de Uberlândia, sala para oficinas e cursos, parque infantil, pista para caminhada e trilhas, além de animais silvestres.

2. ÁREAS VERDES URBANAS: ALTERNATIVAS DE LAZER E RECREAÇÃO

2.1 A cidade como ecossistema: Alterações ambientais decorrentes da urbanização

Conceber uma cidade planejada e vivenciada enquanto ecossistema é propor a minização do uso de recursos naturais, a geração de desperdícios e a emissão de poluentes, realçando a biodiversidade. Esta atitude leva em consideração que a base física para a diversidade da natureza não deve, e não pode, se deteriorar sistematicamente.

De acordo com Penna (2002), o planejamento e a administração sustentável do uso do solo permitirão que os crescimentos das cidades ocorram de forma ordenada, pois em grande parte das cidades brasileiras, o processo de urbanização caracterizou-se, nas últimas décadas, pelo crescimento desordenado e desenfreado acarretando diversos problemas de ordem social. Observa-se também que a questão ambiental apresenta aspectos a ser considerado quando do avanço das cidades, visto que existem grandes áreas com potencial ecológico ainda preservado que correm o risco de sucumbirem ao crescimento urbano.

De acordo com Moreira, et. al., esse crescimento desordenado das cidades é algo histórico e social:

O espaço urbano é entendido num amplo processo histórico e social, concreto e dinâmico, que surge como produto de contradições intrínsecas ao conflito entre as necessidades do capital e da sociedade

como um todo. A ocupação de terras para loteamento, de forma irregular, e com loteamentos previstos para áreas de preservação ambiental, sem um diagnóstico ambiental vem contribuindo para a extinção de várias espécies vegetais em algumas áreas e também com o mau uso da água acabando com todas as chances de possibilidade de uso racional das potencialidades locais (MOREIRA et. al, 2003, p.01).

Ao avaliar estes apontamentos, observa-se que a cidade de Uberlândia (MG) carrega em si essas contradições sobre a ocupação do solo, seja ele para construção de habitações, seja para o planejamento de preservação ambiental, com a criação de Unidades de Conservação, como é o caso do Parque Victorio Siquierolli.

Pois, conforme dados apresentado no Portal¹ da Prefeitura Municipal da cidade, Uberlândia é considerada "Portal do Cerrado" por estar localizada na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, em áreas de cerrado mineiro, a 550km de Belo Horizonte/MG, 430km de Brasília/DF, 360km de Goiânia/GO e 590km de São Paulo/SP.

Também se observa na cidade uma rica biodiversidade, com variações fisionômicas em seu ecossistema, e um clima de estações úmidas e secas, em decorrência dos sistemas de circulação atmosférica. Desse modo, o clima de Uberlândia é tropical, com verão úmido, caracterizado por chuvas abundantes no período de novembro a abril. O inverno é caracterizado por escassez de chuvas, no período de maio a outubro, e por um tempo estável, com céu limpo, aquecimento diurno e resfriamento noturno.

De acordo com o Portal da Prefeitura Municipal de Uberlândia, o relevo da área urbana apresenta-se mais ondulações, tendo muitos rios e cachoeiras:

Nas proximidades o relevo da área urbana, apresenta-se mais ondulado, com altitude que varia de 800 a 900 m. Os rios e córregos correm sobre o basalto, apresentando várias cachoeiras e corredeiras, onde os solos são férteis, do tipo Latossolo Vermelho e Vermelho-Escuro. As declividades apresentam-se suaves, geralmente inferiores a 30%. Na porção norte, próxima do Vale do Rio Araguari, a paisagem apresenta um relevo fortemente ondulado, com altitude de

¹ Ver <<http://www.uberlandia.mg.gov.br>>.

800 a 1.000 m e manchas de solos muito férteis, do tipo Latossolo Vermelho Escuro e Podizólico.

As cidades, assim como o meio natural, possuem entrada e saída de matéria e energia. Nesse sentido, pode ser considerada como um ecossistema. “A Ecologia Urbana é a área do conhecimento responsável pelo estudo das cidades sob a ótica ecologia”. (GUZZO, s/d, p. 02)

No entanto, o meio urbano não é auto-sustentável. Há uma grande quantidade de consumo de recursos naturais provenientes de outros sistemas, como os naturais, os semi-naturais e os agrários. Os rejeitos da utilização de bens e produtos são uma grande fonte de poluição para o próprio ambiente das cidades, seu entorno e até mesmo de áreas mais distantes. A reciclagem desses rejeitos ainda é insignificante. A poluição atmosférica por gases e partículas, a contaminação das águas pelos esgotos urbanos e industriais, o lixo e entulho gerados são os principais exemplos desses rejeitos.

Em suma, o ser humano é uma espécie que consome bastante recursos naturais, desperdiça muitos bens e produtos e polui bastante o ambiente que co-habita com outros seres vivos.

A urbanização em maior ou menor escala provoca alterações no ambiente das cidades. Essas alterações ocorrem no micro-clima e atmosfera das cidades, no ciclo hidrológico, no relevo, na vegetação e na fauna.

A atmosfera se torna mais poluída e aquecida, devido: presença de material particulado (poeira, fuligem); liberação de gases (CO₂, CO e outros), provenientes de veículos, indústrias e construções, provocando nuvens produtoras de sombra; .umidade relativa menor do que no meio natural e agrário e; .temperaturas mais altas devido o aquecimento de grandes áreas concretadas e escassez de vegetação e corpos d’água.

O ciclo das águas é alterado pela impermeabilização do solo, onde a água pluvial escorre por galerias e sistemas de drenagem, tornando essa água imprópria para uso. Os cursos d’água são retificados, não respeitando a existência e necessidade das matas ciliares. Assim as águas atingem os fundos de vale rapidamente e, não tendo condições de vazão suficiente, causam as enchentes. Além disso, as águas carregam para os rios materiais, como terra, lixo, entulho que contribuem com o assoreamento dos mesmos.

De acordo com Guzzo,

O maior problema com relação ao relevo são os cortes e aterros de

grandes extensões, causando compactação e erosão dos solos.

A vegetação natural é quase totalmente dizimada e substituída por ruderais ou por plantas exóticas, muitas vezes com pequena função ecológica. (GUZZO, s/d, p. 03)

A fauna original é totalmente dizimada em função da destruição de seu habitat natural. Algumas espécies de animais se sobressaem nas cidades, devido às condições favoráveis que encontram para o seu aumento populacional e ausência de seus predadores naturais, provocando um desequilíbrio inigualável nas cadeias alimentares. Baratas, ratos, pombos, pardais, escorpiões, formigas, cupins, pernilongos, são os principais exemplos de animais urbanos. Muitos deles vetores de doenças e indesejáveis devido a sua grande população.

Os ecossistemas que contêm grande diversidade de espécies vegetais são mais produtivos que os que contêm apenas uma espécie, como as monoculturas agrícolas

O ser humano aos poucos tem se conscientizado da importância em se preservar o meio ambiente e a natureza, propondo ações diversas para melhorar a sua condição de vida, tais como, coleta seletiva de lixo, recuperação de nascentes e afluentes de rios, tratamento da rede de esgoto, filtros em chaminés de indústrias, catalisadores nos escapamentos de automóveis, reflorestamento de áreas desmatadas, preservação de espécimes em extinção, Ecoturismo, que se preocupa não só em promover o turismo, mas antes conscientizar as pessoas da importância ecológica do local visitado, entre outros

2.2 Áreas verdes urbanas

Ao longo da história os espaços foram ganhando funções de acordo com o momento histórico-econômico e social que as cidades iam passando. Quando ocorre a industrialização e ocorre um grande êxodo rural, todos os espaços urbanos são diferenciados dos espaços rurais. Os espaços naturais, verdes, arborizados, são substituídos malha urbana, por casas, ruas, procurando em tudo se diferenciar do campo em todos os sentidos.

Por muitos anos a sociedade procurou estabelecer essas diferenças para que não se confundissem os papéis desses espaços, atualmente ocorre um resgate das raízes. Há uma preocupação em se criar espaços verdes nos processos de urbanizações das cidades, procurando integrar o homem à natureza.

O processo de preservação ambiental tem muita responsabilidade quanto à essa mudança de pensamento. As grandes devastações, os grandes desmatamentos, têm chamado a atenção de ambientalistas e simpatizantes quanto à busca da preservação de áreas verdes.

Defende-se que as áreas verdes urbanas proporcionam melhorias no ambiente excessivamente impactado das cidades e benefícios para os habitantes das mesmas. Defendem-se também os espaços verdes que foram considerados como espaços ociosos pelo desenvolvimento do capital, que começa a ganhar importância à medida que a população necessita de lazer para um melhor desempenho de suas atividades.

A função ecológica deve-se ao fato da presença da vegetação, do solo não impermeabilizado e de uma fauna mais diversificada nessas áreas, promovendo melhorias no clima da cidade e na qualidade do ar, água e solo.

A função social está intimamente relacionada com a possibilidade de lazer que essas áreas oferecem à população. Com relação à este aspecto, deve-se considerar a necessidade de hierarquização, segundo as tipologias e categorias de espaços livres, tema que será abordado a seguir.

A função estética diz respeito à diversificação da paisagem construída e o embelezamento da cidade. Com relação a este aspecto deve ser ressaltada a importância da vegetação.

A função educativa está relacionada com a possibilidade imensa que essas áreas oferecem como ambiente para o desenvolvimento de atividades extra-classe e de programas de educação ambiental.

A função psicológica ocorre, quando as pessoas em contato com os elementos naturais dessas áreas, relaxam, funcionando como anti-estresse. No entanto, a serventia das áreas verdes nas cidades está intimamente relacionada com a quantidade, a qualidade e a distribuição das mesmas dentro da malha urbana.

2.3 Históricos das Unidades de Conservação

O crescente avanço do uso público em áreas naturais, seja para exploração de recursos, seja para subsistência, para pesquisa ou mesmo para atividades de lazer requer do Poder Público uma mobilização no sentido de demarcar e preservar algumas destas áreas, criando-se Áreas de Proteção Ambiental – APAs, que também são denominadas como Unidades de Conservação (UC's). Trata-se de áreas legalmente protegidas para conservação da

biodiversidade, do solo, do ar e da água.

Em 1968 ocorreu a Conferência da Biosfera, a qual tratou do uso e conservação mais racionais da biosfera, impactos do homem sobre ela, bem como a questão da poluição do ar e da água entre outros fatores. A Conferência teve como objetivo também convencer os países em desenvolvimento na importância da conservação e preservação de áreas de potencial ecológico.

A Lei nº 6.902 de 27/04/1981 instituiu as APA's ao mesmo tempo em que as florestas nacionais, as reservas da fauna, as áreas de relevante interesse ecológico, as reservas extrativistas a partir da Lei 9.985 de 18/07/2000, foram consideradas como Unidades de Conservação de Uso Sustentável.

Ao longo das demais décadas, foram criados diversos fóruns, conferências, no sentido de se estabelecer critérios ou criar leis que viabilizassem a preservação da natureza ao mesmo tempo em que se promovia o Ecoturismo como fonte de renda para as áreas de preservação ecológicas, bem como de conscientização popular da importância da preservação da avifauna e flora, e ainda dos rios e seus afluentes.

Observa-se na década de 1990 uma grande preocupação da comunidade internacional quanto às questões da biodiversidade em todo o planeta, e deu-se especial atenção aos países em desenvolvimento dos trópicos, devido à grande diversidade ecológica ali encontrada e a falta de orientação quanto à preservação de floresta e da biodiversidade ali existente.

Segundo BRITO,(1995. p 28) o mundo está vivendo uma conscientização ecológica nunca antes vista, e houve uma grande ação internacional quanto à conservação de áreas com potenciais ecológicos. Coincidentemente neste mesmo período os países em desenvolvimento passaram a considerar a biodiversidade de sua localidade como potenciais geradores de divisas por meio do turismo, e como ferramenta política convincente para o controle de imensas florestas sem, contudo observar as questões preservacionistas que naquele momento estavam em debate no mundo.

Entende-se por Unidades de Conservação (UCs) porções do território nacional, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais de relevante valor de domínio público ou propriedade privada, legalmente instituídas pelo poder público com os objetivos e limites definidos, sob regimes especiais de administração às quais se aplicam garantias adequadas de proteção.(Portal Meio Ambiente – REBIA)

Conforme o Código Florestal de 1965, o IBDF trabalhou com parques nacionais e reservas biológicas e florestas nacionais. Em 1979, o IBDF publicou seu primeiro plano para

um sistema de unidades de conservação, na tentativa de racionalizar 16 categorias de unidades de conservação e seus objetivos de manejo (Jorge Pádua & Coimbra-Filho, 1979)

Em 1989, foi criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis- IBAMA, que regulamenta a conceituação de Unidades de Conservação Brasileira.

Na década de 1990 surgiram grandes iniciativas quanto à demanda por um sistema consolidado e racional de unidades de conservação. Uma das iniciativas é o conceito de corredores de biodiversidade, que foi introduzido como uma estratégia do componente de parques e reservas do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7, Ayres et al. 1997). A proposta é criar unidades de conservação que aumentem a conectividade entre as unidades de conservação existentes. Portanto as Unidades de Conservação visam assegurar o bem estar das populações humanas e conservar ou melhorar as condições ecológicas locais.

Nas unidades de conservação de uso direto², os instrumentos disponíveis para gestão dos recursos naturais não devem se transformar em um simples instrumento de repressão, de proibições e restrições ao modo de vida dos moradores. Nesse sentido Diegues (1993) destaca que “a participação dos moradores é fundamental para o plano de uso das unidades, garantindo a conservação tanto da diversidade biológica quanto da diversidade sócio-cultural”.

A participação das populações constitui um pressuposto decisivo para o fortalecimento de sistemas comunitários de gestão de recursos naturais renováveis. Ao comentar o conceito de participação popular nas decisões, Vieira (1995) recomenda

A distinção entre participação ampla em todos os estágios do processo de planejamento, implementação e controle de ações de desenvolvimento, e a simples manipulação de recursos humanos para a implementação de projetos, programas ou planos de ação concebidos de fora e impostos à população de forma mais ou menos autoritária.

² Unidades de conservação de uso direto são as que permitem a exploração e uso dos recursos naturais desde que compatíveis com os objetivos de criação da unidade

De acordo com Sachs (1986) as possibilidades de aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável passam pela incorporação de novos paradigmas, ao estabelecimento das prioridades de políticas e ações. Estas parecem contribuir para a edificação de uma abordagem participativa e democrática visando a construção de uma nova relação homem/natureza, na utilização do meio natural. O desafio do desenvolvimento ideal consiste, “na identificação e satisfação, em base sustentável, das necessidades genuínas de cada pessoa e de toda a população, respeitando-se a sua diversidade e potencialidade criativa de mudança.” (p.26)

2.4 Ucs Urbanas

Nas áreas urbanas, o manejo de unidades de conservação possui características que ressaltam a necessidade de estudos voltados à integração da área protegida com as áreas urbanizadas.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) define e regulamenta as categorias de unidades de conservação nas instâncias federal, estadual e municipal, separando-as em dois grupos: de proteção integral, com a conservação da biodiversidade como principal objetivo, e áreas de uso sustentável, que permitem várias formas de utilização dos recursos naturais, com a proteção da biodiversidade como um objetivo secundário (MMA-SNUC, 2000). Elas correspondem aos termos unidades de conservação de uso indireto (proteção integral) e de uso direto (uso sustentável) utilizados anteriormente ao SNUC (RYLANDS; BRANDON, 2005 p.31)

Portanto de acordo com esses autores o Parque Siqueirolli está classificado em UC de uso direto, pois a sua utilização se baseia na sustentabilidade, bem como na educação ambiental de preservação e conservação. É também uma unidade de conservação urbana por se localizar no perímetro urbano, compondo assim um cenário integrador entre a biota e a cidade, e ainda encara um grande desafio que é definir quem e o que pode ser utilizado e quanto esse uso é sustentável.

As unidades de conservação urbanas são espaços ambientais que têm importantes características naturais e são legalmente instituídos pelo Poder Público com objetivos de conservação. Possuem limites definidos e existem sob um regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. Ou seja, são as reservas biológicas, parques e estações ecológicas que nós conhecemos ou pelo menos já ouvimos falar.

A criação dessas Unidades de Conservação é a principal proposta para diminuir os efeitos da destruição dos ecossistemas das cidades, pois são áreas geográficas destinadas à preservação dos ecossistemas naturais. A primeira idéia de criá-las veio no final do século passado. A finalidade básica era a conservação da beleza natural e de bons exemplos da natureza ainda intacta. Com o tempo, percebeu-se que não apenas as belas paisagens mereciam ser conservadas, mas também aquelas que exercem funções fundamentais na manutenção dos ecossistemas e do equilíbrio ecológico.

As unidades de conservação existem para manter a diversidade biológica e os recursos genéticos no país. Protegem as espécies ameaçadas de extinção, preservam e restauram a diversidade de ecossistemas naturais e promovem a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Também estimulam o desenvolvimento regional, protegem as paisagens naturais, incentivam atividades de pesquisa científica e favorecem condições para a educação. Além disso, possibilita a recreação em contato com a natureza, o que ultimamente passou a ser conhecido por turismo ecológico.

A consolidação do caráter científico dessas áreas culminou com a estruturação do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC), o principal instrumento de conservação ambiental eleito no Brasil que reúne e organiza o conjunto de Unidades de Conservação (UC) no Brasil. Trata dos objetivos, das diretrizes, das categorias, da criação e gestão das áreas que, por sua vez é fortemente embasado em estudos técnico-científicos. A materialização dos conhecimentos técnico-científicos das UCs é o Plano de Manejo, documento elaborado para a gestão e baseado nos objetivos gerais da área.

A dificuldade com relação aos diferentes termos utilizados sobre as áreas verdes urbanas. Similaridades e diferenciações entre termos como áreas livres, espaços abertos, áreas verdes, sistemas de lazer, praças, parques urbanos, unidades de conservação em área urbana, arborização urbana e tantos outros, confundem os profissionais que trabalham nessa área. Esse problema existe nos níveis de pesquisa, ensino, planejamento e gestão dessas áreas, e conseqüentemente, nos veículos de comunicação. Nesse sentido foi desenvolvido um trabalho por Lima et all (1994), na tentativa de definir esses termos, através de consultas a

profissionais que trabalham nessa área e a experiência do grupo que desenvolveu o trabalho. Para tal autor, espaço livre: trata-se do conceito mais abrangente, integrando os demais e contrapondo-se ao espaço construído, em áreas urbanas. Assim, a Floresta Amazônica não se inclui nessa categoria; já a Floresta da Tijuca, localizada dentro da cidade do Rio de Janeiro, é um espaço livre.

Tabela 1- Classificação das áreas livres urbanas

<p>Área Verde: onde há o predomínio de vegetação arbórea, englobando as praças, os jardins públicos e os parques urbanos. Os canteiros centrais de avenidas e os trevos e rotatórias de vias públicas, que exercem apenas funções estéticas e ecológicas, devem, também, conceituar-se como área verde. Entretanto, as árvores que acompanham o leito das vias públicas, não devem ser consideradas como tal, pois as calçadas são impermeabilizadas.</p>
<p>Parque urbano é uma área verde, com função ecológica, estética e de lazer, entretanto com uma extensão maior que as praças e jardins públicos.</p>
<p>A praça como área verde, tem a função principal de lazer. Uma praça, inclusive, pode não ser uma área verde, quando não tem vegetação e encontra-se impermeabilizada (exemplo, a Praça da Sé em São Paulo). No caso de ter vegetação é considerada Jardim. A Arborização Urbana diz respeito aos elementos vegetais de porte arbóreo, dentro da cidade. Nesse enfoque, as árvores plantadas em calçadas, fazem parte da arborização urbana, porém, não integram o sistema de áreas verdes.</p>
<p>Área Livre e Área Aberta são termos que devem ter sua utilização evitada, pela imprecisão na sua aplicação.</p>
<p>Espaço aberto é traduzido erroneamente e ao pé da letra do termo inglês "<i>open space</i>". Deve ser evitada sua utilização, preferindo-se o uso do termo espaço livre.</p>

Fonte:Lima (1994)

A popularização das unidades de conservação pelo mundo ocorreu devido ao crescimento da preocupação com a proteção da natureza, assim como a definição de outras categorias de unidades de conservação, ganha novas dimensões, buscando, além da proteção ambiental, o desenvolvimento e pesquisa científica, a preservação do patrimônio genético e a busca cada vez maior do contato com a natureza.

A associação das unidades de conservação com a atividade turística, em especial o ecoturismo, possibilitou a difusão do ecoturismo nessas áreas protegidas, fazendo com que muitos dos principais destinos ecoturísticos ocorram em unidades de conservação.

Os parques urbanos possuem um caráter distintivo na paisagem urbana e assumem relevante papel na vida cotidiana dos cidadãos, por constituírem espaços que servem como base para as atividades de lazer e recreação ao ar livre e que acomodam múltiplos usos para os residentes locais especialmente àqueles que não têm acesso as outras áreas verdes fora do perímetro urbano. Além das atividades de lazer e recreação, possibilitam o desenvolvimento de atividades educativas, culturais e de descanso, importantes funções ligadas às necessidades físicas, psíquicas e sociais dos indivíduos. Em função dos seus elementos bióticos, representam significativo refúgio da vida silvestre.

Por outro lado, áreas verdes urbanas, dada a acessibilidade de sua localização, permitem uma utilização não só por parte de usuários locais como de visitantes turistas, principalmente quando seu uso vem acompanhado pela oferta de equipamentos, serviços e atrações. Na verdade, não só parques urbanos, mas vários outros elementos da paisagem urbana raramente são produzidos ou construídos exclusivamente para turistas, ao contrário, em primeira instância para os habitantes locais e sua utilização pelo turismo decorre de diversos fatores: valorização cultural; marketing; situação geográfica favorável; modismo; além do vínculo afetivo que se estabelece entre os moradores e o seu meio ambiente urbano.

Sabendo-se que as unidades de conservação são instrumentos fundamentais para a preservação e conservação de ecossistemas naturais, sendo lugares de grande beleza, oportunidade de pesquisa, educação ambiental, lazer e turismo ecológico. As unidades de conservação estão relacionadas à sustentabilidade pela interação entre as dimensões e pela manutenção do sistema ao longo do tempo.

A partir deste tipo de iniciativa, poderá ocorrer uma transformação cultural, no sentido de conscientização dos adultos e aproximação dos jovens à natureza, vendo esta não como fonte de recursos, mas como parte dela.

A dimensão cultural abrange o complexo padrão de comportamento, crenças, manifestações artísticas e intelectuais transmitidas coletivamente e típicas de uma sociedade.

Observa-se que os seguintes descritores e indicadores são apropriados à realidade das unidades de conservação:

A Educação ambiental busca a valorização dos aspectos naturais da unidade de conservação. Bem como indica caminhos para a preservação e conservação dessas unidades, e ainda possibilita a formação de facilitadores e protetores da natureza local.

As Atividades culturais valorizam as atividades culturais, as manifestações artísticas e folclóricas representam uma forma de cultivar tradições e costumes e de compreender as atitudes e gestos praticados no ambiente local, promovendo, assim, a sustentabilidade. O conhecimento transmitido de geração a geração dentro de determinados grupos sociais é um meio de agregar novos conhecimentos e experiências, favorecendo o aumento da diversidade de atividades e de práticas.

Por participação, entende-se o grau de envolvimento dos atores sociais na tomada de decisão, sua lógica e racionalidade, sendo uma das características-chave para a existência de interação entre as diferentes dimensões da sustentabilidade.

A participação pode levar ao aumento da eficiência de um sistema quando as pessoas concordam e assumem posições ativas na implementação das decisões, tendo por objetivo a mobilização para ações coletivas, fortalecimento e construção de alternativas relacionadas às necessidades dos integrantes do processo.

3. Histórico do Lazer

De acordo com Moreno (2001), Lazer vem do lat. *licere*, ser lícito, pelo arcaísmo *lezer*. Ócio, descanso, folga vagar. Tempo de que se pode livremente dispor, uma vez cumpridos os afazeres habituais. Atividade praticada nesse tempo; divertimento, entretenimento, distração, recreio. Tecnicamente o conceituamos como sendo o ócio repousante, implicando em locais tranquilos.

Também segundo no francês temos sua significação como sendo "*loisir*", que tem origem por sua vez, na forma infinitiva latina de "*licere*", que significa o permitido. O francês "*loisir*" dá origem à expressão inglesa "*leisure*", que se utiliza tecnicamente para significar tempo livre. (DUMAZEDIER, 1979; GUSMAN, 1986; SUE, 1992).

Gusman (1986), ao analisar o sentido etimológico do lazer, detecta três tendências: para a primeira, o que caracteriza o lazer é a idéia de *permissão para atuar* - o lazer seria um conjunto de atividades nas quais predomina a ausência de restrições, de censuras, de proibições, de repressão; para a segunda, derivada do sentido etimológico do lazer, seria a ausência de impedimentos de ordem temporal - o lazer seria, antes de tudo, um tempo livre,

sem restrições, sem ataduras, sem compromissos; já para a terceira tendência, seu sentido etimológico radicaria em uma qualidade de ordem subjetiva - o lazer seria constituído por uma série de atividades livremente escolhidas, atividades autônomas e agradáveis, benéficas física e psicologicamente.

Aqueles que buscam o sentido de lazer em sua evolução, esse autor as agrupa em duas fundamentadas posições histórico-evolutivas: a noção de lazer se origina na noção grega de "*scholé*", tempo ocupado por atividades ideais e nobres para o ser, por atividades livres como a contemplação teórica, a especulação filosófica e o ócio; para a segunda posição, o sentido atual de lazer provém da noção romana de "*otium*". O lazer hoje, não seria outra coisa que a transferência corrigida no tempo do "*otium*" romano, isto é, um fenômeno elitista, carente já de sentido filosófico, diferenciador de classes e ostentatório.

O lazer não tem sido o mesmo, nem será, sempre igual, pois cada modelo de organização social lhe imprime suas funções e características, de acordo com o sistema de aspirações, necessidades e valores imperantes nesses momentos e válidas para toda a organização (GUSMAN, 1986).

O lazer tomou a dimensão de hoje após a Revolução Industrial, quando então a jornada de trabalho começou a diminuir paulatinamente, muito embora "os fundamentos históricos do Lazer sejam anteriores à sociedade industrial, porque sempre existiu o trabalho e o não-trabalho em qualquer sociedade" (CAVALCANTI, 1981).

As atividades de lazer são classificadas por DUMAZEDIER (1979) em

Tabela 2- Tipos de lazer

<u>lazer</u>es físicos - aqueles que implicam esforço e exercício de tipo corporal;
<u>lazer</u>es práticos - são os que exigem uma habilidade manual e especial;
<u>lazer</u>es intelectuais - que têm que ver com o cultivo do intelecto e da cultura;
<u>lazer</u>es artísticos - que têm a ver com a prática específica de uma arte;
<u>lazer</u>es sociais - são os relacionados com aquelas atividades de diversão, descanso e desenvolvimento, praticadas de uma forma coletiva.

No oferecimento de atividades de lazer, além dos espaços destinado à essas atividades, devem ser levadas em consideração as funções básicas do lazer:

Tabela 3 – Classificação do lazer

FUNÇÃO DO LAZER	CARACTERÍSTICAS
EDUCATIVA	interesse próprio dirigido para a ampliação dos horizontes mentais, busca de novas experiências e de novo conhecimento
ENSINO	assimilação ou aprendizagem das normas culturais, de ideais filosóficos ou políticos, das normas de convivência social ou de comportamentos
INTEGRATIVA	tem por objetivo solidificar ou integrar os grupos, principalmente os familiares, de amizade-companhia, de interesses comuns
RECREATIVA	compreende atividade relacionada com o descanso psicológico e físico
CULTURAL	refere-se à compreensão e assimilação dos valores culturais ou à criação de novos
COMPENSADORA	seriam as atuações que, de alguma forma, nivelam as insatisfações das outras áreas da vida

Fonte: DUMAZEDIER(1979)

A atividade, seja ela recreação, lazer ou jogo, pressupõe uma multiplicidade de trabalho tanto individual como coletivo. Por sua própria natureza exige condições mínimas de realização, modo de procedimento e maneira de execução, pois não se pode entender atividade no plano teórico. Para realizá-la o indivíduo precisa pensar, estudar e aprender; necessita encontrar seu próprio ritmo e equilíbrio testando a si mesmo e se organizando interiormente.

MARCELLINO (1983) considera que, muito embora as pesquisas realizadas na área das atividades desenvolvidas no tempo livre enfatizem a atração exercida pelo tipo de equipamento construído, deve-se considerar que, para a efetivação das características do lazer é necessário, antes de tudo, que o tempo disponível corresponda um espaço disponível.

Os espaços dos interesses sociais - quando os sujeitos se propõem a estarem juntos, face a face, e relacionarem-se, antes de tudo que possa acontecer decorrente do encontro; dos espaços dos interesses físicos - quando a proposta é feita em função de atividades corporais

onde prevaleçam os exercícios do corpo; dos espaços dos interesses intelectuais - que têm como primeira instância o desenvolvimento do domínio cognitivo na atividade, não considerando o elemento criativo e sim o concreto, o racional, o lógico; dos espaços dos interesses artísticos - onde o produzido gera o encantamento (STUCCHI, 1997).

O espaço que nos interessa, são os espaços dos interesses turísticos, que têm como finalidade: mudança de paisagem, ritmo (saída do cotidiano), observação e sensação de outros estilos de vida, e também o turismo social se caracterizando por uma dimensão menor (STUCCHI, 1997).

4- UNIDADE DE CONSERVAÇÃO VICTORIO SIQUIEROLLI

A área reservada para compor o Parque Municipal Victorio Siquierolli, foi inaugurado e aberto a visitação 2002, constitui-se numa mancha de cerrado que aparece verde no setor norte da cidade. A área constituída por esta unidade de conservação consiste em áreas públicas derivadas de loteamentos aprovados pela Prefeitura Municipal de Uberlândia e áreas privadas que foram doadas pelos seus proprietários ao município de Uberlândia (figura 01). A maior destas áreas é remanescente de uma antiga fazenda de propriedade do Sr. Victorio Siquierolli, que deu nome ao parque municipal. Também se constitui de uma área de preservação permanente dos córregos Liso e Carvão

Figura01- Parque Victorio Siqueirolli



Fonte: Ariana 2008

O Parque Municipal Victório Siquierolli está localizado na Zona Norte de Uberlândia, no entorno dos bairros Cruzeiro do Sul, Residencial Gramado, Nossa Senhora das Graças e Jardim América. O acesso ao Parque se dá pelas: avenida Anália Siqueiroli e avenida Antônio Tomas Ferreira de Rezende O Parque compreende uma área de 232.300 metros quadrados (figura 02)

Figura 02- Vista área do Parque Victório Siquierolli



Fonte: PMU 2008

O Parque Municipal Victório Siquierolli abriga um Núcleo de Educação Ambiental, bertoa toda comunidade escolar e demais segmentos da sociedade, incentivando a realização de atividades extraclasse e orientando professores e alunos a explorar, o meio ambiente, sob o ponto de vista didático-pedagógico, trabalhando a partir de situações do cotidiano. As atividades de Educação Ambiental trabalhadas nas Unidades de Conservação estão voltadas para o atendimento orientado, com monitores treinados, organização e prática de oficinas específicas, caminhadas em trilhas e, somado a tudo isso, a instrução acerca da valorização e proteção aos vários recursos naturais

No parque ocorrem visitas cotidianas e a maior parte se compõe de agendamentos pelas escolas de Ensino Fundamental, e alguns do Ensino Médio.

Totalmente cercado com alambrado. Foi construída uma sede para instalação de parte da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, sede do CODEMA, espaço para o Museu da Biodiversidade, Sala Verde, Parque Infantil, aberto para visitas desde o dia 2002, quando foi inaugurado. Também estão disponíveis pista para caminhada e trilha interpretativa, visando o conhecimento do parque e educação ambiental.

Encontram-se legítimos exemplos da vegetação do cerrado, com suas árvores de folhas coreáceas, troncos retorcidos e cascudos, flores e frutos agrestes dão à paisagem um matiz de tons amarelo avermelhado. Essa diversidade de espécies e cores compõe uma formação vegetal pouco conhecida e complexa.

O objetivo geral de sua criação, de acordo com a Prefeitura de Uberlândia, foi salvaguardar uma área de cerrado *latus sensu* e ao mesmo tempo oferecer à população em geral a possibilidade de usufruir de uma área verde incrustada na área urbana. Deve-se ressaltar que uma das principais intenções no ato de sua criação, em 31 de agosto de 2002, foi o de justamente favorecer o desenvolvimento de atividades relacionadas à Educação Ambiental, o que de fato ocorre. Atividades essas diversificadas, direcionadas ao Ensino Fundamental, Médio e Superior, tais como trilhas interpretativas, oficinas de educação ambiental, vídeos e visitas monitoradas ao Museu de Biodiversidade.

Os objetivos específicos para a criação do Parque Victorio Siquierolli são a Conservação, pesquisa científica, visitação pública e educação ambiental. A administração do Parque visa a manutenção e dá apoio as atividades em geral, é feita vigilância e fiscalização nas divisas do parque e em locais estratégicos.

No programa de atividades do Parque constam os seguintes itens o recebimento de visitantes está dentro da perspectiva de desenvolvimento sustentável (ecoturismo) e tem como estratégia a abordagem a educação ambiental, o Parque apóia pesquisas científicas, e projetos de instituições de pesquisa públicas ou privadas, promove integração regional, mantendo envolvimento com as comunidades do entorno e incrementa atividades conjuntas do continuum ecológico.

4.1 A POLÍTICA MUNICIPAL DE TURISMO

O Plano Municipal de Turismo, instituído pela Lei Complementar nº. 514 de 13 de junho de 2010 visam implementar, promover e gerenciar integral e parcialmente a Política Municipal de Turismo.

O PMTUR tem suas ações revisadas a cada 4 anos, em consonância com o Plano Plurianual, ou quando necessário observado o interesse público, tendo por objetivo ordenar as ações do setor público, orientando o esforço do Município e a utilização dos recursos públicos para o desenvolvimento do Turismo.

A política municipal de turismo de Uberlândia tem como princípios a projeção de Uberlândia no País e no Exterior; fomento do turismo interno e externo; desenvolvimento econômico sustentável do Município e região; integração e desenvolvimento econômico e social; promoção e valorização da dignidade humana; o aproveitamento turístico dos recursos naturais e culturais que compõem o patrimônio do Município; valorização e preservação do patrimônio histórico – cultural e natural.

Já no que tange os objetivos podemos verificar que as metas são desenvolver, ordenar e promover os diversos segmentos turísticos, fomentando a inserção competitiva, a prospecção e a boa imagem do produto turístico uberlandense no mercado nacional e internacional; estimular a criação, a consolidação, o desenvolvimento, a promoção e a difusão dos produtos e destinos turísticos municipais, e propiciar o suporte a programas estratégicos de divulgação, captação e apoio à realização de feiras e exposições de negócios, viagens de incentivo, congressos e eventos, visando assim, atrair turistas nacionais e estrangeiros; harmonizar programas, projetos e atividades turísticas municipais com as políticas, diretrizes e orientações dos governos estaduais e federais em prol do desenvolvimento regional sustentável; democratizar e propiciar o acesso ao turismo, no Município; incentivar a produção, a sistematização e o intercâmbio de dados estatísticos e informações relativas às atividades e aos empreendimentos turísticos instalados no Município; estimular o turismo responsável, praticado em áreas naturais protegidas ou não e incentivar a proteção do meio ambiente, da biodiversidade e do patrimônio cultural de interesse turístico; apoiar a recuperação e a adequação da infraestrutura dos equipamentos nos destinos turísticos, em especial no que se refere à acessibilidade aos portadores de necessidades especiais, respeitando e divulgando a identidade cultural das comunidades e populações tradicionais eventualmente afetadas pela atividade turística; promover, estimular e fomentar a formação, o aperfeiçoamento, a qualificação e a capacitação de recursos humanos para a área do turismo; apoiar, divulgar e promover a produção artesanal do Município; propiciar a prática de turismo sustentável nas áreas naturais, promovendo a atividade como veículo de educação e interpretação ambiental, e incentivando a adoção de condutas e práticas de mínimo impacto compatíveis com a preservação do meio Ambiente natural.

5. Considerações Finais

Pensar as questões ambientais na atualidade apesar da mudança de comportamento do ser humano e das várias iniciativas que estão surgindo no Brasil para melhorar a conectividade entre unidades de conservação e o manejo de grandes glebas de terras ainda é um desafio muito grande para preservá-los.

No trabalho apresentado, a autora encontrou algumas dificuldades como por exemplo a pouca quantidade de bibliografia sobre a unidade de conservação Victorio Siqueirolli além de alguns empecilhos para encontros com a administração do parque. Em contrapartida o grande interesse da população em melhorar o parque e o tornarem mais bem reconhecido na cidade foi de grande valia para a realização da pesquisa.

Esse trabalho de conclusão de curso teve como principal objetivo analisar a viabilidade da prática de recreação e lazer na unidade de conservação. Conseguimos observar que é sim viável essa prática podendo até mesmo ser seguido o modelo de outra unidade de conservação também dentro da cidade de Uberlândia-MG, que é o Parque do Sabia, onde tem uma estrutura bem planejada e um calendário fixo de atividades anuais além de um apoio dos órgãos públicos e privados. A ausência de planejamento inicial e contínuo, além de apoio de entidades públicas e/ou privadas na gestão das atividades turísticas-recreacionais dentro do Parque Victorio Siqueirolli é um dos maiores entraves encontrados para que possa-se colocar em prática tais atividades recreacionais.

Desenvolver atividades turísticas, o que enquadra o ecoturismo, educação ambiental além de lazer e recreação, contribui de certa forma para o desenvolvimento da própria cidade, é uma oportunidade de proporcionar emprego e renda para a comunidade local além de ser uma forma de conscientização da necessidade de preservar o meio ambiente.

Espera-se que esse trabalho possa contribuir de forma benéfica para que outros pesquisadores direcionem os olhares para essa unidade de conservação, contribuindo assim para o desenvolvimento da prática de recreação, lazer, práticas de ecoturismo além da implantação de eventos. Dessa forma teremos um reconhecimento dessa unidade de conservação e provavelmente um olhar diferenciado de entidades públicas e privadas que verão que podem e devem investir em tal lugar.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, N. O. **Delimitação e Caracterização de Unidades de Manejo Ambiental: Uma Contribuição Metodológica**. Dissertação. Rio de Janeiro, 1982.

AYRES, J.M., G.A.B. et. al. Abordagens inovadoras para conservação da biodiversidade no Brasil: os corredores das florestas neotropicais. Volume 1. Aspectos gerais. Volume 2. Amazônia. Volume 3. Mata Atlântica. Versão 2.0. **Report for PPG-7 - Programa Piloto para a Proteção das Florestas Neotropicais: Projeto Parques e Reservas**. Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Brasília. 1997.

BERNARDES, A.T. Projeto Biodiversidade no Desenvolvimento Série “Estudos-de-Caso” 1: Brasil In: **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 20 (1): 161-176, jun. 2008 – Unidades de Conservação Federais Brasil. Disponível em: http://www.wcmc.org.uk/biodev/case20study/brazil_pg1.pdf. Acesso em: 24/11/2005. Acesso em 02 out. 2008.

BRANDÃO, S. L.; LIMA, S. do C. Diagnóstico ambiental das áreas de preservação permanente (APP), margem esquerda do Rio Uberabinha, em Uberlândia (MG). **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v.3, n.7, out. 2002.

BRITO, Maria Cecília Wey de, **Unidades de Conservação – intenções e resultados**. São Paulo: FAPESP/ANNA BLUME, 1995.

FERREIRA, L. V. et al. Identificação de áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade por meio da representatividade das unidades de conservação e tipos de vegetação nas ecorregiões da Amazônia brasileira. In: Veríssimo, et. al. (org.). **Biodiversidade na Amazônia brasileira**. São Paulo: Editora Estação Liberdade, Instituto Socioambiental, 2001, pp. 268-286

GUSSO, P. Áreas verdes urbanas. Disponível em: <http://educar.sc.usp.br/biologia/prociencias/areasverdes.html>, Acesso em 10 mai.2008.

JORGE PÁDUA, M. T. 2004. Pobre Rebouças. Amigos da Terra e Amazônia Brasileira. Disponível em <http://www.amazonia.org.br/opinioao/artigo_detail.cfm?id=123320>. Acesso em 10 set. 2008.

JORGE PÁDUA, M. T. ; A. F. COIMBRA-FILHO. **Os parques nacionais do Brasil**. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, Brasília.1979.

KINKER, Sonia. **Ecoturismo e Conservação da Natureza em Parques Nacionais**. Campinas, SP, Papirus, 2002.

LEFF, Enrique (coord.) **A Complexidade Ambiental**. Trad. Eliete Wolff. São Paulo: Cortez, 2003.

MACHADO, R. B., et. al. **Atlas de conservação da natureza brasileira: unidades federais**. São Paulo: Metalivros, 2004.

MA-IBDF (Ministério da Agricultura, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) e FBCN (Fundação Brasileira para Conservação da Natureza). **Plano do sistema de unidades de conservação do Brasil**. MA-IBDF e FBCN, Brasília. 1979.

MA-IBDF (Ministério da Agricultura, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) - PNMA (Projeto Nacional do Meio Ambiente). **PNMA, componente: unidades de conservação. Relatório**. MA-IBDF, Brasília. 1988.

MMA (Ministério do Meio Ambiente). **Biodiversidade brasileira: avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira**. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. MMA, Brasília. 2002.

MMA (Ministério do Meio Ambiente) - SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação). 2000. MMA, SNUC, Brasília. Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/sbf/dap/doc/snuc.pdf> Acesso em 10 set. 2008.

MINAS GERAIS. Deliberação Normativa COPAM nº 76, de outubro de 2004. Dispõe sobre a interferência em áreas consideradas de Preservação Permanente e dá outras providências. Disponível: <<http://www.feam.br>> Acesso em: 10 out. 2008.

MYERS, Norman, et al. **Biodiversity hotspots for conservation priorities**. USA: Nature, vol. 403/24, February 2000, p.853-858

MORENO, M. F. Navarro- *Qualidade Ambiental nos Espaços Livres de áreas Verticalizadas da Cidade de São Paulo*, São Paulo, Doutorado FAU USP, 2001.

MOREIRA, R. C. et. al. A atuação do planejamento ambiental nos loteamentos na cidade de Uberlândia – MG. **II Simpósio Regional de Geografia “Perspectivas para o cerrado no século XXI”** Universidade Federal de Uberlândia – Instituto de Geografia. 26 a 29 de Novembro de 2003. Disponível em < <http://www.ig.ufu.br/2srg/3/3-70.pdf>>. Acesso em 05 nov. 2008.

MORSELLO, C. **Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo**. São Paulo: Annablume/Fapesp. 2001, p. 22.

NASCIMENTO, F. R. do; CARVALHO, O. Gerenciamento ambiental em unidade de conservação: bacia hidrográfica como estudo de caso. In: Revista GEOGRAFIA. LONDRINA. V. 12, Nº 2, JUL./DEZ.2003. Disponível em <<http://www.geo.uel.br/revista>>. Acesso em 10 set. 2008.

OLIVERIA, João C. C. As Áreas de Proteção Ambiental e a Lei do Sistema Nacional de unidades de Conservação da Natureza (Lei do SNUC). IN **Anais do 9º Congresso Nordestino de Ecologia**. UNP. Natal-RN, 2001.

VIEIRA, Paulo F. & RIBEIRO, Maurício A. (Org.) **Ecologia Humana, ética e educação: a mensagem de Pierre Dansereau**. Florianópolis: Palotti/ APED, 1999.

WETTERBERG, G.B., et. al. Uma análise de prioridades em conservação da natureza na Amazônia. **Projeto de Desenvolvimento e Pesquisa Florestal**, PNUD/FAO/IBDF/BRA-45, Série Técnica 8: 63p., 1976.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal. Lei Orgânica do Município de Uberlândia - MG, 4a edição, de março de 1998. Disponível: <<http://www.uberlandia.mg.gov.br>> Acesso em: 10 set. 2008.

UBERLÂNDIA. Prefeitura Municipal. Lei Complementar n. 017 – 4 dez. 1991. Dispõe sobre a política de proteção, controle e conservação do meio ambiente e dá outras providências. Meio Ambiente, Uberlândia, 04 dez. 1991, 22p.